

Gestão Financeira da Pesquisa e da Pós-Graduação em uma Universidade Federal – Um Estudo de Caso

Maria Leonor Veiga Faria ¹ Jailton Gonçalves Francisco ² José Manoel Carvalho de Mello ³
leonor@propp.uff.br ¹ jgf@vm.uff.br ² Josemello@pesquisador.cnpq.br ³

1 Universidade Federal Fluminense (UFF) – PROPP - Niterói, RJ, Brasil

2 Universidade Federal Fluminense (UFF) – PROPLAN – Niterói, RJ, Brasil

3 Universidade Federal Fluminense (UFF) – NEICT – Niterói, RJ, Brasil

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo principal examinar as ações estratégicas que estão sendo desenvolvidas na Universidade Federal Fluminense com vistas ao desenvolvimento e expansão de suas atividades de pesquisa e pós-graduação, frente às novas políticas de financiamento desenvolvidas para o setor. Observou-se, assim, as novas formas de organização que estão se processando no seu interior com o objetivo de complementar as verbas do MEC. Analisou-se como vem se equacionando a questão do crescimento dos cursos auto-financeáveis dentro de uma instituição pública e, por fim, analisou-se o papel da gestão universitária na alavancagem da pesquisa e da pós-graduação na UFF.

Palavras-Chave: Financiamento; Universidades Federais; Recursos Próprios

1. INTRODUÇÃO

Diante do atual quadro de escassez de recursos governamentais voltados, principalmente, para a manutenção e o investimento das universidades públicas federais, as administrações das IFES vêm sendo induzidas a buscar novas formas de captação de recursos, de forma a complementar o aporte de recursos federais e viabilizar o funcionamento de suas atividades. Essa situação, principalmente relacionada ao crescimento da captação de recursos próprios nas universidades, tem gerado inúmeros debates na comunidade acadêmica e científica nacionais.

De um lado, existem aqueles que acreditam que o fato da universidade pública ser induzida a ultrapassar a crise financeira mediante a geração de receitas próprias, consiste no primeiro nível de sua mercantilização (SANTOS, 2004). De outro lado, há os que defendem a captação de recursos como uma alternativa para a sobrevivência da universidade pública e gratuita, “num contexto de continuada redução relativa das verbas alocadas pelo Estado” (VELLOSO; MARQUES, 2005).

Independentemente do debate travado nos dois segmentos, há que se verificar o estabelecimento de uma competição entre as IFES por mais recursos tornando-as, muitas vezes, susceptíveis às regras seletivas baseadas, sobretudo, em indicadores de qualidade e eficiência do ensino e da pesquisa. Explicam-se, assim, neste novo contexto de escassez, o surgimento dos Editais competitivos e a obrigatoriedade de formulação e execução dos Planos de Desenvolvimento Institucionais no interior das Universidades. Como se vê, a distribuição de recursos para as IFES baseada, em sua maior parte, em critérios de qualidade e desempenho parte do princípio, cada vez mais aceito, de que “a alocação de recursos deve

estar combinada com (ou atrelada a) avaliações de qualidade, eficiência e eficácia.” (SCHWARTZMAN, 2004).

Todos esses desafios vêm afetando a maioria das universidades federais e, entre elas, a Universidade Federal Fluminense – UFF. Assim como nas demais, a crescente necessidade de expansão, no campo da pesquisa e da pós-graduação, vem exigindo investimentos cada vez maiores em termos de infra-estrutura adequada e equipamentos com tecnologia de ponta que o atual modelo de financiamento, proveniente do Governo Federal não tem conseguido atender. Por outro lado, os recursos das Agências de Fomento e dos Fundos Setoriais destinados à manutenção e desenvolvimento da pesquisa e pós-graduação na Universidade, vem privilegiando os Programas de Pós-Graduação melhor conceituados e os grupos de pesquisa já consolidados ou que estejam desempenhando atividades consideradas estratégicas, agravando a distância acadêmica já existente entre diversos setores da Universidade.

Imersas nessa situação financeira problemática, as universidades públicas buscam estratégias de sobrevivência que possam fazer frente a esses novos desafios. O objetivo deste trabalho é fazer uma análise preliminar das ações estratégicas desenvolvidas no âmbito de uma universidade pública de médio porte - a Universidade Federal Fluminense - em face da contradição existente entre escassez de recursos governamentais e a exigência de uma expansão acadêmico-científica desejada pela nação.

2. O FINANCIAMENTO DA PESQUISA E DA PÓS-GRADUAÇÃO NAS IFES

Mesmo considerando o consenso existente entre diversos autores sobre a redução dos recursos aportados pelo governo federal para as IFES (Schwartzman, 2004; Corbucci, 2004; Cunha, 2004), a maior parte dos recursos destinados às universidades no Brasil, assim como na grande maioria dos países, ainda é governamental. As universidades públicas e os institutos de pesquisa são os maiores beneficiários desses recursos, tendo em vista que é no seu interior que se desenvolve a quase totalidade das atividades científicas e dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Em linhas gerais, o sistema de financiamento da pesquisa e pós-graduação nas IFES, é composto por recursos provenientes do Tesouro Nacional; de agências de fomento nacionais e estaduais; Fundos Setoriais de Pesquisa; empresas públicas ou privadas; e de receitas provenientes de arrecadação própria.

Os Recursos do Tesouro, principal fonte de financiamento das universidades federais, são transferidos pelo Ministério da Educação para as IFES e destinam-se, em sua grande maioria, ao pagamento de pessoal e benefícios, ficando a parcela restante para manutenção e investimento. Nos últimos anos, esse percentual tem variado em torno de 6% (AMARAL, 1999), dificultando, quando não, inviabilizando, a devida manutenção das universidades, a aquisição de novos equipamentos e a modernização administrativa. Com tão poucos recursos federais disponíveis nas IFES, sobra muito pouco para as atividades de pesquisa e pós-graduação que são atendidas, em grande maioria, com investimentos provenientes das agências de fomento nacionais e estaduais.

2.1 AS AGÊNCIAS NACIONAIS DE FOMENTO E OS FUNDOS SETORIAIS

O Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), através do CNPq e da FINEP e o Ministério da Educação, através da CAPES, são os maiores financiadores nacionais da pesquisa e pós-graduação nas Universidades Federais. A atuação dessas agências de fomento se dá, em linhas gerais, sob duas formas principais: o investimento na formação de recursos humanos qualificados, através da concessão de bolsas de estudo e o fomento direcionado ao funcionamento dos cursos de pós-graduação, ao desenvolvimento de projetos de pesquisa ou ao apoio institucional.

O volume de investimentos realizados pela CAPES e CNPq com pagamento de bolsas de estudo e fomento à pesquisa e pós-graduação para as instituições de ensino superior, no ano de 2004, está demonstrado no Quadro 1. Observa-se, claramente, a opção preferencial das duas agências de fomento pelo investimento em bolsas de estudo - 81,30%, contra menos de 20% no investimento em fomento à pesquisa e à pós-graduação.

Quadro 1 – Investimento realizado em 2004 - Em R\$ 1.000,00

LINHA DE AÇÃO	DESPESA REALIZADA					Valor Total	Δ %
	CAPES ¹		CNPq ²				
	Valor	%	Valor	%			
Bolsas	485.673	96,9	530.661	70,9	1.016.334	81,3	
Fomento	15.723	3,1	217.971	29,1	233.694	18,7	
TOTAL	501.396	100,0	748.632	100,0	12.250.028	100	

Fonte: 1) Relatório de Atividades da CAPES – 2004

2) CNPq/AEI - 2004

A FINEP, por sua vez, tem como objetivo principal, o aporte de recursos a atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação de produtos e processos, desenvolvidos por instituições públicas e privadas. Atualmente, vem se destacando como sendo a agência responsável pela gestão executiva dos Fundos Setoriais. Criados com o objetivo de contribuir para a formação de uma política nacional de C&T de longo prazo, os Fundos Setoriais, destinam-se ao incentivo à realização de projetos ou programas de desenvolvimento científico e tecnológico de interesse do setor produtivo implementados em empresas ou nas instituições de ensino e pesquisa.

A idéia de criação dos fundos setoriais, através da utilização de receitas vinculadas para a C&T, partiu de um modelo já conhecido: o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – PADCT, que atuava no sentido de incentivar os setores considerados prioritários para o desenvolvimento do país. Por este motivo, os primeiros Fundos Setoriais implementados, destinavam-se ao desenvolvimento tecnológico do país, especialmente nos setores de energia; petróleo e gás; telecomunicações e energia elétrica. Além destes, foram criados dois fundos de natureza não setorial, sendo um deles destinado a apoiar projetos de implantação, ampliação e recuperação de pesquisa nas instituições públicas de ensino e pesquisa - CT-Infra e o outro, à interação universidade-empresa - Fundo Verde e Amarelo.

A execução orçamentária dos Fundos Setoriais, no período de 1999 a 2003, demonstrou as diferentes participações de cada um, no orçamento global. Segundo dados do Ministério da Ciência e Tecnologia, os Fundos do CT-Petro e Verde-Amarelo tiveram uma média anual superior a R\$ 100 milhões, seguidos dos Fundos CT-INFRA, com R\$ 94 milhões e do CT-ENERG, com R\$ 55 milhões ficando, os demais, abaixo dos R\$ 20 milhões. Um ponto que merece destaque diz respeito aos desembolsos efetuados que estiveram muito aquém dos orçamentos anuais dos FNDCT, principalmente, devido às ações de contingenciamento efetuadas. Em 2003, os repasses efetuados, no valor de R\$ 564 milhões, ficaram sensivelmente inferiores ao orçamento anunciado de R\$ 1 bilhão.

Segundo Schwartzman (2004), a alocação de recursos pelas agências de fomento tem sido feita aos “melhores programas e em benefício de pesquisadores/professores mais bem avaliados, criando dessa forma um ambiente competitivo na busca da excelência no ensino de pós-graduação e na pesquisa”. A partir da criação dos Fundos Setoriais, buscou-se um novo parâmetro de distribuição de recursos que minimizasse, de certa forma, as desigualdades regionais. Neste caso, foi estabelecido, por lei, um percentual mínimo de alocação de recursos

para o atendimento às regiões menos desenvolvidas sendo, 40% do total de arrecadação do CT-Petro para as regiões Norte e Nordeste e 30% dos outros fundos, para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. No entanto, mesmo nesse segmento, a competição se faz presente e o mérito continua sendo o principal requisito para o recebimento de recursos.

2.2 FUNDAÇÕES DE APOIO À PESQUISA

As Fundações de Apoio à Pesquisa – FAPs têm sua atuação restrita ao estado onde estão sediadas, financiando projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico. Os tipos de projetos apoiados pelas FAPs podem ser de várias naturezas: individuais, multidisciplinares, induzidos e, até mesmo, do tipo “balcão”, que funciona a partir de uma demanda espontânea onde o pesquisador propõe um tema próprio. Segundo Schwartzman (2002), não se conhece o valor exato administrado pelo conjunto das FAP’S mas, acredita-se, que a maior parte é destinada a instituições públicas de ensino superior. Segundo o autor, a Tabela 1 apresenta uma estimativa dos recursos alocados pelas maiores FAP’S do país nos períodos determinados e deve representar, aproximadamente, 90% dos recursos disponíveis de todas as agências. Percebe-se, claramente, a supremacia do Estado de São Paulo sobre os demais em termos de financiamento à pesquisa, concentrando quase o quádruplo de todos os recursos repassados pelas FAP’s para os Estados.

Tabela 1 – Despesas Executadas por algumas FAP’s (1996 – 2003)
Em milhões de US\$

FAP	PERÍODO	MÉDIA ANUAL
FAPESP	2000 – 2003	168,0
FAPERJ	1999 – 2002	25,0
FAPEMIG	2002 – 2003	10,0
FAPERGS	1996 – 2001	8,2

Fonte: Schwartzman (2004) - Relatório das FAP’s

2.3 EMPRESAS PÚBLICAS E PRIVADAS

Além dos recursos captados através de convênios com Agências de Fomento, as IFES vêm aumentando sua receita, de forma significativa, através da formalização de contratos e convênios com outras instituições públicas e privadas, em especial, a Petrobrás e empresas de energia elétrica. A aplicação dos recursos provenientes de empresas do setor elétrico foi regulamentada através da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, que obrigou as empresas a investirem uma parcela mínima em eficiência energética e em pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Em seu Art. 1º, a Lei nº 9.991 determinou que, a partir de 2006, as empresas de energia elétrica aplicassem, anualmente, no mínimo, 0,75% da sua receita anual em P&D e no mínimo, 0,25% em programas de eficiência energética. Até então, esse percentual seria dividido em partes iguais de 0,50% para P&D e EE. A partir da Lei nº 10.848 de 15 de março de 2004, os investimentos acima descritos passam a ser distribuídos da seguinte maneira: 40% dos recursos passam a ser depositados no FNDCT; 40% destinam-se a projetos de pesquisa e desenvolvimento, de acordo com o regulamento estabelecido pela ANEEL; e 20% para o Ministério das Minas e Energia.

2.4 RECURSOS PRÓPRIOS

Diferentemente dos Recursos do Tesouro, que são transferidos, executados e controlados por intermédio do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, segundo Schwartzman (1998, apud Corbucci), a identificação e mensuração da Receita Própria das Universidades nem sempre é fácil de ser verificada, tendo em vista que a maior parte desses recursos passou a ser captada e gerenciada pelas Fundações de apoio, cujos orçamentos são totalmente desvinculados das instituições às quais estão vinculadas.

Corbucci (2003) argumenta que, além da administração desses recursos ser feita, diretamente, pelas fundações, em alguns casos, elas podem movimentar valores superiores àqueles repassados pelo governo federal para despesas de Outros Custeios e Capital - OCC nas universidades.

A captação e o gerenciamento de recursos próprios pelas fundações de apoio às universidades federais tem sido alvo de críticas em diversas instâncias acadêmicas devido à sua forma de atuação na complementação salarial de técnicos e docentes da própria universidade e, ainda, da falta de transparência na gestão de recursos, dificultando seu controle por parte das instituições às quais estão vinculadas. Não se pode negar, no entanto, que as fundações, por serem instituições de direito privado, têm mais facilidade em ampliar e diversificar suas fontes de arrecadação e captação de recursos devido à uma atuação mais ágil na contratação e gestão de convênios, contratos e projetos, ao contrário das universidades com suas estruturas excessivamente burocráticas.

3. O FINANCIAMENTO À PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO NA UFF: UM ESTUDO DE CASO

A Universidade Federal Fluminense foi criada em 18 de dezembro de 1960, pela Lei nº 3.848, com o nome de Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFERJ), constituindo-se da união de várias faculdades isoladas localizadas em Niterói, então capital do Estado do Rio de Janeiro. Em 05 de novembro de 1965, através da Lei nº 4.831, passou a chamar-se Universidade Federal Fluminense - UFF. Até o final da década de 60 o projeto institucional da UFF voltou-se, principalmente, à melhoria de sua estrutura física e administrativa e à expansão do ensino, longe, portanto, de representar um projeto acadêmico e institucional de universidade. Este fato só veio a se modificar na década de 70 com a criação dos cursos de pós-graduação e a introdução da pesquisa científica como uma das funções precípuas da Universidade.

A UFF encontra-se, hoje, entre as maiores universidades do país. Conforme dados apresentados no último Censo da Educação Superior realizado, em 2003, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP/MEC, entre as 83 instituições federais analisadas pelo Censo, a UFF ocupava o 12º lugar em número de alunos de graduação matriculados (18.190) e o 11º em termos de percentual de docentes em exercício com títulos de Mestre ou Doutor (78,3%).

A Universidade também vem apresentado um crescimento significativo no número e qualificação dos cursos de mestrado e doutorado e nas atividades de pesquisa em diversas áreas do conhecimento. Segundo as três últimas avaliações da CAPES, o crescimento da pós-graduação tem ocorrido não apenas em termos quantitativos mas, também, em termos qualitativos. Em 1998 a UFF possuía 33 cursos de Mestrado e 9 de Doutorado com 57,6% e 88,9%, possuindo conceitos entre 4 e 7, respectivamente. Em 2004, esse número havia passado para 38 cursos de Mestrado Acadêmico, 2 Mestrados Profissionalizantes e 22 Doutorados. Entre os cursos de Mestrado, 65% possuíam conceitos entre 4 e 7 e entre os de Doutorado, esse percentual subia para 95,5%. Da mesma forma, a última edição do Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, publicada em 2005, mostrou que a UFF teve um crescimento em termos absolutos, de 82% no número de grupos de pesquisa passando de 204 em 2000, para 371 em 2004 e, também, em termos relativos, já que sua participação no conjunto de instituições analisadas passou de 1,7% para 1,9% do total.

3.1 RECURSOS PÚBLICOS PARA A PESQUISA E A PÓS-GRADUAÇÃO NA UFF

Atualmente, os tipos de financiamento destinados à pesquisa e à pós-graduação na UFF podem ser agrupados em duas categorias principais: o fomento individual e o fomento

institucional. Na primeira categoria estão os recursos repassados pelo CNPq e pela FAPERJ diretamente ao pesquisador, nas modalidades de bolsas de estudo e fomento à pesquisa. Na segunda categoria estão os recursos repassados para a instituição ou para sua fundação de apoio, neste caso, a FEC, e podem ser agrupados em: fontes de recursos do Tesouro Nacional; de Convênios e Contratos celebrados entre a Instituição e organismos públicos ou privados; e aqueles diretamente arrecadados, também chamados de Recursos Próprios. Cada uma destas fontes será tratada individualmente. Os recursos repassados pelo CNPq e pela FAPERJ, apesar de sua extrema importância para a pesquisa na Universidade, não fazem parte do escopo deste trabalho e, portanto, não serão objeto de análise.

Os recursos do Tesouro entram na Universidade sob a forma de um “teto” para ser distribuído, internamente, pelos diversos Programas. A Pesquisa e a Pós-graduação são dois dos Programas elencados do Orçamento da UFF para os quais existe previsão de financiamento. Mesmo assim, a parcela destinada à pesquisa e à pós-graduação, tem sofrido oscilações em razão da escassez de recursos disponíveis e da inexistência de critérios pré-definidos para a distribuição interna de recursos do Tesouro. Segundo o Relatório de Gestão da UFF (2000 – 2004), os recursos destinados à pesquisa e pós-graduação na Universidade representam em média, no período analisado, menos de 0,5% do volume de recursos alocados na Universidade em OCC, independente da contribuição dada pelo ensino de pós-graduação e pelas atividades de pesquisa na melhoria dos indicadores da instituição.

A quase totalidade dos recursos repassados, institucionalmente, para atividades de pós-graduação e de pesquisa na UFF, através de convênios, são provenientes da CAPES e da FINEP. A atuação da CAPES privilegia os Programas de Pós-graduação e a FINEP, por sua vez, atua no financiamento de projetos de desenvolvimento científico e tecnológico e na infraestrutura de pesquisa. A Tabela 2 apresenta a evolução dos repasses efetuados pela CAPES e pela FINEP, para a UFF, no biênio 2001/2002 e 2003/2004.

Tabela 2 - Receitas provenientes de convênios com Agências Financiadoras (2001/2002 e 2003/2004)

CONVÊNIOS	2001/2002	TOTAL %	2003/2004	TOTAL %
CAPES⁽¹⁾				
Bolsas de estudo	8.002		9.921	
Fomento à pesquisa	2.970		4.262	
Sub-total	10.972	67,6	14.183	77,9
FINEP⁽²⁾				
Fomento à pesquisa	5.261	32,4	4.024	22,1
Total Geral	16.233	100,0	18.207	100,0

Fonte: 1) Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI

2) Fundação Euclides da Cunha de Apoio Institucional à UFF - FEC

Como se verifica na tabela 3, acima, a CAPES foi a Agência que contribuiu com o maior percentual de recursos provenientes de convênios com Agências de Fomento, tanto no biênio 2001/2002, contribuindo com 67,6% do total, quanto no biênio 2003/2004, com 77,9% do total de recursos. É importante mencionar que os convênios firmados com a CAPES, têm tido periodicidade anual e os recursos a eles destinados tendem a crescer anualmente, a partir do crescimento e qualificação dos Programas avaliados pela CAPES. Já os convênios firmados com a FINEP são mais suscetíveis a fatores externos e, por isso, sofrem maiores oscilações.

A FINEP é a terceira maior agência de fomento a injetar recursos na UFF, de forma institucional, através dos Fundos Setoriais, basicamente, para a execução de projetos de desenvolvimento científico e tecnológico e para a infra-estrutura de pesquisa. Desde o início da abertura de Editais, pela FINEP, em 2002, até o final de 2004, a UFF havia sido

contemplada com 19 Editais dos Fundos Setoriais nas categorias: CT-INFRA, CT-PETRO, CT-ENERG, CT-HIDRO, Ação Transversal e Verde Amarelo, totalizando R\$ 12.506 mil.

Além dos recursos captados através de convênios com Agências de Fomento, a UFF vem aumentando sua receita, de forma significativa, através da formalização de contratos com outras instituições públicas e privadas, em especial, a Petrobras e empresas de energia elétrica, tais como: Light, Ampla, Furnas, entre outras. A partir dos dados obtidos na FEC e na PROPP, observou-se um crescimento em torno de 920% no período entre 2001 e 2004 (Gráfico 1), passando de R\$ 334 mil em 2001 para R\$ 3.407 mil em 2004. Os principais responsáveis por esse crescimento foram a Petrobras, com 53,5%, e empresas de energia elétrica, com 42,7% do total.

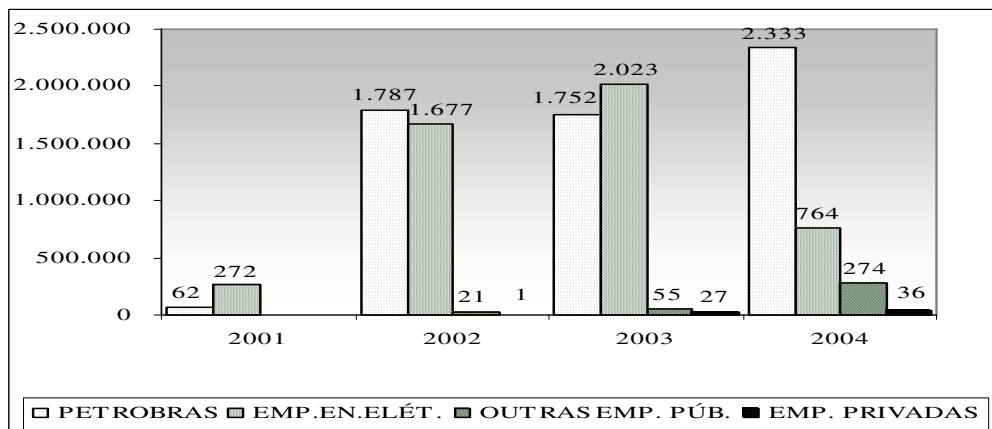


Gráfico 1 – Recursos provenientes de contratos com instituições públicas e privadas (2000–2004)
Fonte: FEC

3.2 RECEITA PRÓPRIA

A maior fonte de arrecadação da Universidade, hoje, são os cursos de pós-graduação auto-financeáveis oferecidos pela UFF. Outras fontes de recursos são as taxas de inscrição cobradas pelos cursos de pós-graduação e os percentuais cobrados de projetos de pesquisa, extensão e consultorias executados na Universidade. No final de 2004, havia cento e nove cursos de pós-graduação *lato sensu* e dois cursos de mestrado profissionalizante na UFF. Como se pode ver, ainda que algumas unidades da UFF se oponham, veementemente, à oferta de cursos pagos dentro da instituição, outras unidades voltam-se claramente para as demandas apontadas pelo mercado, especialmente pelo setor empresarial, através da oferta de cursos voltados para áreas de Gestão, Finanças, Qualidade e Segurança, entre outras.

Objetivando alcançar um valor aproximado dos recursos arrecadados no período de 2000 a 2004 pelos cursos de pós-graduação, foi feito um levantamento junto à Fundação Euclides da Cunha - FEC e à Coordenadoria de Administração Financeira da PROPP – CAF nos dados disponíveis para consulta. Em princípio é interessante observar a evolução dos cursos autofinanceáveis na instituição. O rápido crescimento desses cursos ocorreu em praticamente todos os Centros Universitários. O aumento mais expressivo aconteceu no Centro de Estudos Sociais - CES que passou de 5 cursos autofinanceáveis em 2000 para 14 cursos em 2004, seguidos do Centro Tecnológico - CTC que passou de 9 para 20. O crescimento no volume de recursos arrecadados também foi bastante significativo como pode ser verificado no Gráfico 2, passando de R\$ 615 mil em 2000 para cerca de R\$ 8.550 mil em 2004, um aumento da ordem de 1.290%. Nesse cálculo foram computadas, também, as taxas de matrículas cobradas pelos cursos gratuitos.

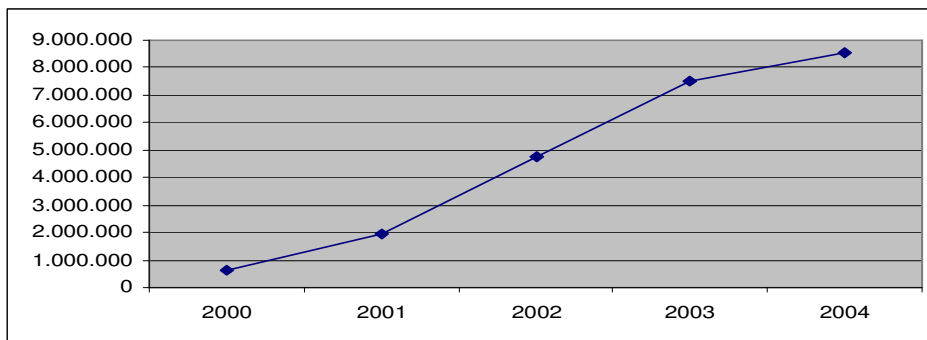


Gráfico 2 – Evolução dos recursos arrecadados pelos cursos auto-financeáveis (2000-2004)
Fonte: FEC/CAF

A partir do levantamento da evolução da receita destinada à pesquisa e pós-graduação na UFF, foi possível verificar a tendência de crescimento de cada fonte e sua importância no conjunto do sistema. Observou-se que, no período analisado, o maior crescimento ocorreu nas chamadas receitas próprias que em 2000, representavam cerca de 2% do total dos recursos analisados, e em 2004, já atingiam os 14%. Em contrapartida, os recursos do Tesouro, apesar do crescimento em termos absolutos, teve uma queda percentual em 15,5% no total de recursos analisados. A importância de cada fonte de receita no conjunto do sistema de pesquisa e pós-graduação na UFF e sua evolução no período de 2000 a 2004, podem ser observadas nos Gráficos 3 e 4.

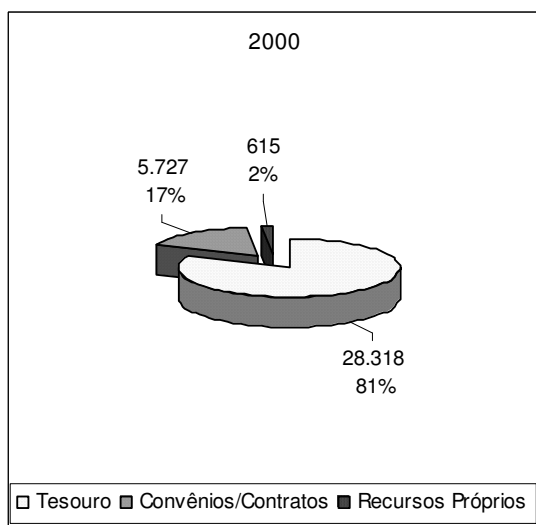


Gráfico 3 – Receita discriminada por Fontes (2000)
(Em R\$ 1.000)

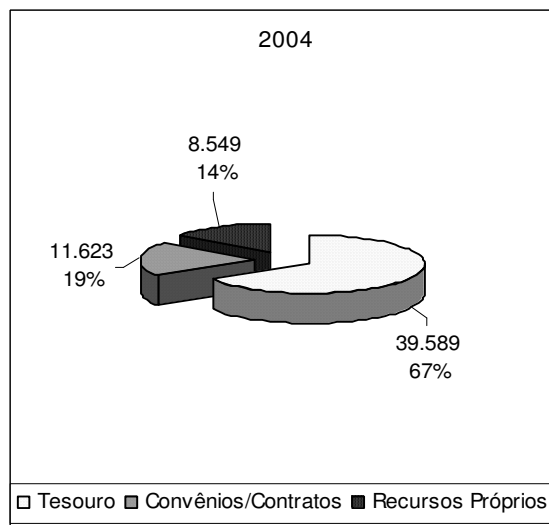


Gráfico 4 – Receita discriminada por Fontes (2004)
(Em R\$ 1.000)

O aumento considerável observado na arrecadação própria e na receita proveniente de convênios e contratos, no total de recursos destinados à pesquisa e pós-graduação na UFF, podem ser explicados através de três razões principais: i) o crescimento das necessidades do mercado de trabalho por pessoas mais qualificadas gerando, nas universidades, um aumento substantivo do número de cursos de especialização e MBA's; ii) o esforço empreendido pela administração superior da universidade e por outros órgãos ou grupos de pesquisa na captação dos recursos externos e, ainda, na geração de recursos próprios; e iii) a possibilidade de contratação da FEC para gerenciamento dos recursos, devido a algumas prerrogativas da Fundação em relação à universidade, como por exemplo, a maior autonomia na utilização de recursos; maior agilidade na execução das despesas; e a possibilidade de aplicação financeira dos recursos de convênios.

4 MECANISMOS DE FOMENTO INTERNO

Até meados da década de 90, os recursos disponíveis pela PROPP para livre ordenação eram aqueles provenientes do Tesouro e parte - 10% - do Programa de Apoio à Pós-graduação – PROAP/CAPES que eram utilizados, em sua maioria, para pagamento de prestadores de serviço e despesas emergenciais da pesquisa ou da pós-graduação sem um critério pré-definido. Somente a partir de 1994, com a criação do Programa de Auxílio à Participação de Pesquisadores em Eventos – PAPEV, essa situação começou a mudar e a PROPP passou a estabelecer critérios para a concessão de apoio financeiro a professores da UFF que desejassem participar de eventos acadêmicos e científicos nacionais. Apesar de sua importância dentro do sistema, o PAPEV não conseguiu ter uma abrangência muito grande tendo em vista o volume pequeno de recursos alocados para sua execução.

No final de 2002 adotou-se uma nova política de gestão na PROPP e, a partir daí, foi dado início à implantação de diversos Editais de Fomento Interno. Apesar dessa iniciativa não ter sido uma experiência inovadora no país, sua implantação na UFF foi um divisor de águas no fomento interno à pesquisa e pós-graduação. A implantação e execução desses Editais aconteceu, em grande parte, devido ao aumento da arrecadação dos cursos de pós-graduação auto-financeáveis e à Resolução nº 69/99, do Conselho de Ensino e Pesquisa – CEP da UFF que destinava 10% de todos os recursos arrecadados pelos cursos auto-financeáveis e pelos projetos de pesquisa para a PROPP. O Gráfico 5 apresenta a evolução dos recursos gerenciados pela PROPP no período de 2000 a 2004.

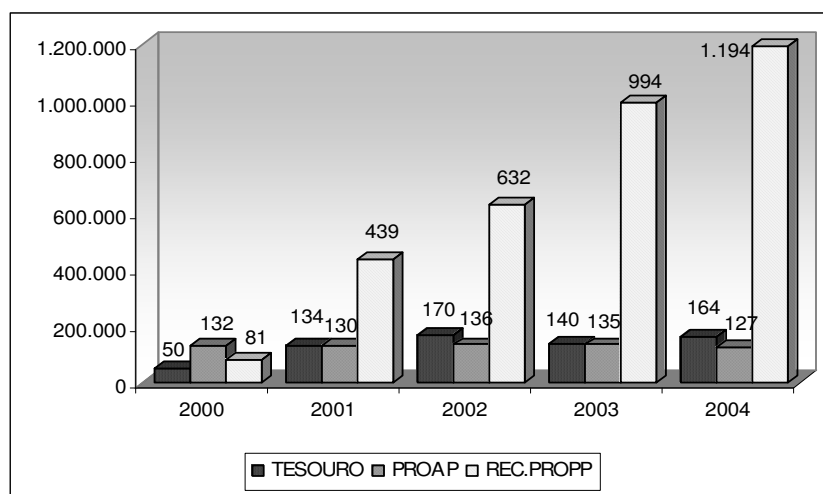


Gráfico 5 - Recursos recebidos pela PROPP: 2000-2004 (Em R\$ 1.000)
Fonte: PROPP, FEC

Uma breve análise do gráfico acima demonstra a importância crescente da receita própria para o conjunto do sistema. Enquanto os recursos provenientes do Tesouro e do PROAP/CAPES sofreram variações mínimas, o percentual de aumento da Receita Própria, passou dos 1.300% entre 2000 e 2004. Em síntese, foram esses recursos, principalmente os recursos arrecadados e parte do PROAP, que viabilizaram a execução dos Editais de Fomento lançados pela PROPP e demais despesas eventuais necessárias ao desenvolvimento da pesquisa e pós-graduação na UFF. Entre 2002 e 2003 foram lançados pela PROPP os seguintes Editais de Fomento:

- Fluxo Contínuo – Seu objetivo era fomentar o desenvolvimento de áreas emergentes e melhorar a produção científica da UFF, concedendo auxílio financeiro aos docentes para apresentação de trabalho científico em eventos nacionais e internacionais e para cobrir despesas com o desenvolvimento de projetos de pesquisa;

- Recém-doutor – Objetivava apoiar os recém-doutores da UFF no desenvolvimento de suas pesquisas, considerando as dificuldades na obtenção de recursos externos;
- Auxílio Qualificação e Auxílio-Tese – O objetivo era estimular o crescimento da qualificação na UFF através da concessão de auxílios a docentes e técnico-administrativos da Universidade matriculados em cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* e, ao mesmo tempo, incentivar a defesa de dissertação (Mestrado) ou de tese (Doutorado);
- INFRAPG & CRIAPG – Seu objetivo era melhorar as condições de infra-estrutura dos programas de Mestrado e/ou Doutorado da UFF, com o intuito de melhorar sua qualidade e, em conseqüência, seus conceitos na CAPES (INFRAPG) ou auxiliar a criação de novos programas (CRIAPG);
- INFRAPESQ – Programa de Apoio à infra-estrutura de Pesquisa das Unidades da UFF;
- Auxílio-Publicação - Sua finalidade principal era a melhoria da produção científica da UFF, através do incentivo à publicação científica em revistas *Qualis A* Internacional;
- Pró-Aluno – Seguindo uma dinâmica parecida com o Fluxo Contínuo, o objetivo deste Edital era auxiliar os alunos da graduação, da extensão e da pós-graduação a participarem de eventos acadêmicos, científicos e culturais apresentando seus trabalhos.

Ainda é relativamente cedo para avaliar os resultados efetivos decorrentes da implantação desses editais na universidade, considerando que os mesmos passaram a vigorar, efetivamente, em 2003 e 2004. No entanto, através de dados coletados na PROPP, foi possível fazer um levantamento parcial de alguns benefícios revertidos para a instituição.

O Edital de Fluxo Contínuo foi o que recebeu o maior número de solicitações vindas das diversas áreas do conhecimento – 416. Destas, 342 foram atendidas, sendo 78 destinadas ao apoio a projetos de pesquisa e 253 à participação em eventos nacionais e internacionais. O Edital de Recém-Doutor atendeu a 41 pesquisadores e o Pró-Aluno apoiou 175 apresentações de trabalho em eventos acadêmicos e científicos. O Criapg/Infrapg, por sua vez, apoiou 8 cursos de pós-graduação ainda não consolidados e o INFRAPESQ contribuiu para a melhoria da infra-estrutura física da pesquisa em 11 Unidades de Ensino. Por fim, o Auxílio-Publicação premiou 163 artigos científicos publicados em Revistas *Qualis A* Internacional.

Deve-se destacar o estado de carência da infra-estrutura de pesquisa na UFF demonstrada pela quantidade de pedidos de apoio solicitando a aquisição de equipamentos de informática, material de consumo e mobiliário. Algumas, inclusive, solicitando a reforma de instalações elétricas de unidades que estavam em péssimo estado de conservação, dificultando a utilização de inúmeros equipamentos necessários ao desenvolvimento de pesquisas científicas.

Os Editais de Fomento Interno da PROPP vigoraram durante o período de 2003 e 2004 e, aparentemente, tiveram uma boa aceitação por parte da comunidade universitária e da Administração Central da UFF. Tanto é, que o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, aprovado pelo Egrégio Conselho Universitário – CUV, incorporou a idéia dos Editais para priorizar os recursos a serem destinados às diversas áreas acadêmicas.

Adicionalmente ao lançamento dos Editais de fomento interno, a PROPP desenvolveu outros Programas que tinham por objetivo, apoiar os cursos de pós-graduação e induzir a participação da UFF em editais externos. Também foram implementadas ações com vistas ao aumento da captação de recursos externos, incentivando a participação de pesquisadores nos

Editais do CNPq, da FAPERJ e da FINEP; promovendo a submissão organizada e institucionalizada, de projetos aos editais dos Fundos Setoriais, principalmente aqueles voltados para a melhoria da infra-estrutura de Pesquisa – CT-INFRA; criando a Coordenação de Projetos Científicos e Tecnológicos – CPCT; agregando a Incubadora de Empresas e o Escritório de Transferência de Conhecimento – ETCO, com o objetivo de induzir e organizar a captação de recursos da UFF através de projetos de pesquisa. A implementação desses Programas na universidade demonstra o desejo da PROPP em servir de porta-voz institucional de seus grupos de pesquisa e pós-graduação junto aos órgãos de fomento, defendendo critérios mais adequados para financiamento e avaliação e, ainda, estabelecendo parcerias com outras universidades e empresas.

4.1 UMA NOVA TENDÊNCIA INSTITUCIONAL

Em 2005, após aprovação dos Conselhos Superiores da Universidade, começou a vigorar na Universidade Federal Fluminense, o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI. A implantação do PDI, na UFF, seguindo uma tendência recente das IFES, de utilização do planejamento estratégico como uma nova forma de gestão dos recursos de forma mais participativa, democrática e racional, trouxe uma série de mudanças no modelo de rateio de recursos na universidade. A partir de sua aprovação pelos Conselhos Superiores da Universidade, 20% de toda receita proveniente de projetos, contratos e cursos auto-financeáveis, passaram a constituir um Fundo destinado a cobrir as prioridades apontadas pela Comissão de Metas do PDI.

Mesmo com as mudanças decorrentes desse novo modelo de financiamento, a PROPP manteve vários de seus Editais como prioridades do PDI para 2005, indicando que a comunidade universitária entendeu a importância da pesquisa e da pós-graduação no aumento da captação de recursos financeiros para a instituição e na promoção do seu desenvolvimento institucional. Pode-se dizer que a implantação do PDI tenha sido o grande passo, dado pela UFF, para a institucionalização de seus projetos e programas e, também para a distribuição de recursos entre as diversas instâncias da Universidade segundo critérios amplamente divulgados e que venham a promover o seu desenvolvimento institucional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo detectou que a busca na diversificação das fontes de financiamento tem sido uma constante na maioria das universidades públicas federais seja através das agências de fomento, seja através de parcerias com organizações públicas e/ou privadas, ou através da captação de recursos próprios advindos de cursos auto-financeáveis, prestação de serviços ou consultorias.

O estudo detectou, ainda, a crescente importância dos recursos próprios na vida da universidade, comprovado pelo fato de que em 2000 eles representavam, apenas, 2% do total de recursos analisados na pesquisa, e em 2004 já havia subido para 14%. A expansão do número de cursos de pós-graduação auto-financeáveis, principais responsáveis por esse crescimento, proporcionou à Universidade um aporte de recursos significativo, no período analisado, permitindo a formulação de políticas de fomento interno à pesquisa e pós-graduação através da elaboração e implementação dos Editais de fomento pela PROPP. De uma forma geral, percebe-se o esforço da administração em tentar minimizar os problemas decorrentes da escassez de recursos governamentais para custeio e investimento sem, no entanto, prescindir dos mesmos, já que, sendo as universidades federais de responsabilidade do Poder Público Federal, devem ser mantidas com recursos públicos.

As recentes ações implementadas pela PROPP, segundo se apurou, estão sendo bem aceitas pela comunidade acadêmico-científica da UFF e, ainda, estão dando frutos na

universidade, haja vista, a introdução dos Editais de fomento na estratégia de implantação do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI. Com certeza, este modelo não está acabado e nem é definitivo, bem ao contrário, é apenas o início de uma transformação que, espera-se, tenha continuidade nas próximas gestões, sempre baseada nos princípios do mérito e da excelência acadêmica.

6. REFERÊNCIAS

AMARAL, N.C. O Financiamento do Sistema Público Federal de Ensino Superior. In: SEMINÁRIO AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA E DESENVOLVIMENTO NACIONAL. **Anais**. Brasília, 25/05/99

CORBUCCI, P.R. Financiamento e democratização do acesso à educação superior no Brasil: da deserção do Estado ao Projeto de Reforma. *Revista Educação e Sociedade*. Campinas, v. 25, n. 88, p. 677-701. Especial Outubro 2004. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 25/10/2005.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. Disponível em: www.cnpq.gov.br. Acesso em 10/07/2005.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Disponível em: www.capes.gov.br. Acesso em 10/08/2005.

CUNHA, L. A. Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior. Estado e Mercado – Revista Educação e Sociedade, Campinas, v. 25, n.88, p. 795-817, Especial, Outubro 2004. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 25/10/2005.

JANNUZZI, Gilberto de Martino; SANTOS, Herivelto Tiago Marcondes. Avaliação dos investimentos nos programas de P&D e de eficiência energética das grandes empresas de eletricidade no Brasil: ciclos 2002-03 e 2003-04. XVII Seminário Nacional de Distribuição de Energia Elétrica. 2006. Disponível em: <http://www.fem.unicamp.br/~jannuzzi/documents/Artigo1st.pdf>. Acesso em: 25/04/2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. 2004. Disponível em: www.mec.gov.br/reforma/Documentos/PALESTRAS/2004.7.20.12.10.23.pdf. Acesso em 07/06/05)

SCHWARTZMAN, Jacques. O financiamento das instituições de ensino superior no Brasil. In: SEMINÁRIO SOBRE OS DESAFIOS DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL, 4. [s.l.]: [s.n.], 2004.

VELOSO, Jacques; MARQUES, Paulo Marcello F. Recursos próprios da UNB, o financiamento das IFES e a reforma da educação superior. *Educ. Soc.* Campinas, v. 26, n. 91, p. 655-680, Maio/Agosto 2005. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em 10/07/2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. *Relatório de Gestão da UFF 2002*. Rio de Janeiro: UFF, 2002.